e-Acadêmica, v. 7, n. 2, e0372707, 2026
(CC BY 4.0) | ISSN 2675-8539 | DOI: http://dx.doi.org/10.52076/eacad-v7i2.707

Uniões prematuras em Nampula: Fatores determinantes e eficácia das estratégias de prevenção

Early marriage in Nampula: Determining factors and the effectiveness of prevention strategies

Recebido: 17/08/2026 | Aceito: 21/08/2026 | Publicado: 22/08/2026

Sultana Manuel
Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: sultanamarchone@gmail.com
Chibalonza Mpenda
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-3571-6186
Universidade Internacional Iberoamericana, México
E-mail: Chibalonza.mpenda@pesquisa.unic.co.ao

Resumo
Este artigo analisa os fatores determinantes das uniões prematuras na comunidade de Rapale, província de Nampula, Moçambique, e avalia a eficácia das estratégias de prevenção implementadas, com destaque para o papel do Conselho de Escola e do Programa Geração Biz. O objetivo geral consistiu em analisar as estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras na mudança de comportamento da rapariga na comunidade de Rapale, identificando os fatores determinantes do fenómeno e avaliando a eficácia das intervenções em curso. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa e paradigma interpretativo, com dados recolhidos a partir de relatórios governamentais, de organizações internacionais e de estudos académicos, tratados segundo a técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostram que Moçambique ocupa o 10º lugar mundial em prevalência de casamentos prematuros, com quase metade das mulheres entre os 20 e os 24 anos a terem casado antes dos 18 anos, e que o Conselho de Escola constitui um ator relevante, com competência legal nos domínios da educação, da saúde e das políticas sociais de proteção à criança. As intervenções multissetoriais assentes na educação, na saúde sexual e reprodutiva e no empoderamento comunitário revelaram-se as mais eficazes. Conclui-se que a sustentabilidade dos avanços depende do reforço da coordenação interinstitucional, do envolvimento das famílias e dos líderes comunitários e da expansão dos programas de empoderamento das raparigas.
Palavras-chave: Uniões prematuras; Raparigas; Prevenção; Estratégias; Mudança de comportamento.

Abstract
This article analyses the determining factors of early marriage in the Rapale community, Nampula province, Mozambique, and assesses the effectiveness of the prevention strategies implemented, with emphasis on the role of the School Council and the Geração Biz Programme. The general objective was to analyse the strategies for preventing and combating early marriage in relation to behaviour change among girls in the Rapale community, identifying the determining factors of the phenomenon and evaluating the effectiveness of the ongoing interventions. Methodologically, the study adopted a documentary and bibliographic research design, with a qualitative approach and an interpretive paradigm, drawing on data collected from government reports, international organisation publications and academic studies, analysed through content analysis. The results show that Mozambique ranks 10th in the world for the prevalence of early marriage, with almost half of women aged 20 to 24 having married before the age of 18, and that the School Council is a relevant actor, with legal competence in education, health and child-protection social policies. Multisectoral interventions grounded in education, sexual and reproductive health, and community empowerment proved to be the most effective. It is concluded that the sustainability of these gains depends on strengthening interinstitutional coordination, engaging families and community leaders, and expanding girls' empowerment programmes.
Keywords: Early marriage; Girls; Prevention; Strategies; Behaviour change.

---

1. Introdução

As uniões prematuras continuam a representar um desafio significativo para o desenvolvimento social, educacional e económico em diversos países, particularmente em contextos de vulnerabilidade social. Na África, o fenómeno assume proporções ainda mais preocupantes: a África Subsaariana concentra algumas das taxas mais elevadas do mundo, impulsionadas

por fatores como pobreza extrema, normas patriarcais, instabilidade social e conflitos armados (Lee, 1998). Em muitos contextos, o casamento precoce é visto como uma estratégia de sobrevivência económica ou de proteção social, ainda que, paradoxalmente, exponha as raparigas a riscos acrescidos de violência, gravidez precoce e abandono escolar (Cebola, 2017). A prática, portanto, não pode ser compreendida apenas como uma escolha individual ou familiar, mas como reflexo de estruturas sociais e culturais profundamente enraizadas (Worchel, Cooper & Goethals, 1991).

Na província de Nampula, os índices de uniões prematuras são ainda mais elevados do que a média nacional, refletindo a força das normas culturais locais e a persistência de desigualdades estruturais (Bispo, 2017; Krempel, 2019). O casamento, para além de um contrato jurídico, é frequentemente entendido como um mecanismo de proteção da rapariga, de preservação do prestígio familiar ou de sobrevivência económica. Nesse contexto, a prática é reforçada por arranjos familiares e por uma visão cultural que associa a maturidade feminina à capacidade de constituir família, em detrimento da valorização da educação e da autonomia pessoal (Nhampule, 2020).

No distrito de Rapale, situado em Nampula, a realidade local evidencia o paradoxo entre os avanços legais e programáticos e a persistência da prática. Diversas estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras têm sido implementadas por organizações governamentais e da sociedade civil, incluindo campanhas de sensibilização, programas de empoderamento juvenil, reforço legislativo e iniciativas de formação comunitária (Save the Children, 2021).

A população moçambicana é constituída maioritariamente por crianças, ou seja, por indivíduos com menos de 18 anos de idade. Segundo a UNICEF (2014, p. 3), "as mais de 12 milhões de crianças moçambicanas constituem 52% da população do país [...] metade das crianças que iniciam o ensino primário não o termina, e há crescente preocupação com o nível de aprendizagem". O Estado, o Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança Moçambicana (ROSC) e os media têm intensificado as ações contra os casamentos prematuros. No entanto, estudos recentes apontam que milhares de raparigas moçambicanas são forçadas a abandonar a escolaridade primária obrigatória e gratuita, não apenas para se casar, mas também para se sujeitarem a atividades agrícolas e domésticas, com implicações de curto, médio e longo prazo nas suas trajetórias de vida, entre as quais se destacam a separação do convívio familiar e a interrupção do desenvolvimento harmonioso da criança (UNICEF, 2014; ROSC, 2016; Papadakis, 2014; Vicente, 2014; OIT, 2007).

O Artigo 121 da Constituição da República de Moçambique (2004) prevê que todas as crianças têm direito à proteção da família, da sociedade e do Estado para o seu desenvolvimento integral. A UNICEF (2015) destaca que a prevenção do casamento prematuro passa por assegurar que todas as crianças estejam na escola e recebam uma educação de qualidade, o que requer o envolvimento articulado de três instituições: a família, a sociedade e o Estado.

É neste contexto que a presente pesquisa documental, com embasamento bibliográfico, analisa o papel do Conselho de Escola na erradicação dos casamentos prematuros, com base na legislação, nas estratégias e nas demais políticas que visam à promoção e à proteção dos direitos das crianças, em particular da rapariga, no meio escolar — partindo do pressuposto de que a escola constitui o espaço mais adequado para a eliminação dos casamentos prematuros, dado o seu alcance potencialmente mais amplo do que o de outras instâncias de mobilização comunitária. O estudo tem como objetivo geral analisar os fatores determinantes das uniões prematuras e a eficácia das estratégias de prevenção e combate na mudança de comportamento da rapariga na comunidade de Rapale, tomando como estudo de caso o Programa Geração Biz.

A revisão de literatura apresenta o enquadramento teórico e conceptual que sustenta esta investigação sobre as estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras e a mudança de comportamento das raparigas em Rapale. Analisa-se o fenómeno a partir de diferentes perspetivas — jurídica, social, cultural, psicológica e económica —, evidenciando a sua natureza multidimensional e os desafios que impõe às políticas públicas. Num primeiro momento, definem-se os principais conceitos — estratégia, prevenção, casamento e uniões prematuras — que estruturam o campo de análise. De seguida, o texto aborda o

contexto global, regional e nacional, situando o problema no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e destacando o caso de Moçambique, com ênfase na província de Nampula e no distrito de Rapale.

1.1 Conceptualização: Uniões Prematuras, Prevenção e Estratégia

As uniões prematuras, também designadas casamentos infantis ou precoces, representam uma das mais persistentes violações dos direitos humanos em contextos de vulnerabilidade social, afetando desproporcionalmente as raparigas. Em Moçambique, apesar da aprovação da Lei n.º 19/2019, de 22 de outubro, que define e criminaliza as uniões prematuras, a prática persiste, especialmente em províncias como Nampula, onde se situa o distrito de Rapale. Segundo a legislação vigente, considera-se união prematura qualquer ligação com propósito de constituição familiar em que pelo menos uma das pessoas seja menor de 18 anos, incluindo uniões formais, informais ou promessas de casamento (República de Moçambique, 2019).

O fenómeno insere-se em diversas esferas de análise — jurídica, social, cultural e psicológica — e representa um obstáculo significativo ao empoderamento feminino e à igualdade de género (UNICEF, 2023). Conceptualmente, "prevenção" pode ser entendida como a ação antecipatória que visa mitigar riscos e reduzir vulnerabilidades (Cebola, 2017), enquanto "estratégia" é definida como um conjunto de ações deliberadas ou adaptativas orientadas para um determinado objetivo (Ansoff, 1968; Mintzberg & Quinn, 2001). No âmbito das políticas sociais, as estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras procuram influenciar comportamentos e transformar normas socioculturais, promovendo a equidade e a proteção das raparigas (Handy, 1978; Worchel, Cooper & Goethals, 1991).

1.2 Contexto Global, Regional e o Caso de Moçambique

No plano global, o casamento infantil é reconhecido como um obstáculo significativo ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial os relacionados com a igualdade de género, a educação de qualidade e a redução das desigualdades (UNICEF, 2023). Estima-se que mais de 12 milhões de raparigas casem antes dos 18 anos todos os anos, sobretudo em países em desenvolvimento, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social (UNICEF, 2021). A prática é considerada não apenas uma violação dos direitos da criança, mas também um entrave ao desenvolvimento comunitário e nacional, uma vez que limita o potencial produtivo e educativo de uma parcela significativa da população feminina (Diniz, 2023).

Dados mais recentes confirmam a persistência do problema: segundo o relatório mundial da Girls Not Brides (2024), Moçambique mantém-se entre os dez países com maior prevalência de casamento infantil, com convergência de fatores como pobreza, normas de género e acesso limitado à educação secundária. De forma semelhante, a UNICEF (2024) reitera que, sem uma aceleração significativa das intervenções, a região da África Oriental e Austral continuará a concentrar o maior número absoluto de raparigas casadas antes dos 18 anos até 2030.

Em Moçambique, estima-se que cerca de 48% das mulheres com idades entre os 20 e os 24 anos tenham contraído casamento ou entrado em união antes dos 18 anos (UNICEF, 2019), uma das proporções mais elevadas a nível mundial, sugerindo que o fenómeno constitui, em certos contextos do país, uma norma social mais do que uma exceção. Mais especificamente, cerca de 13% das mulheres nessa faixa etária entraram em união antes dos 15 anos (UNICEF, 2019), o que evidencia a existência de uniões muito precoces, com riscos acrescidos para a saúde, a educação e o bem-estar das jovens. A análise do Censo de 2017 reforça esta tendência: segundo a UNFPA (2020), "o número absoluto de raparigas que se unem cedo continua a crescer em muitos distritos", ainda que algumas províncias tenham registado diminuições modestas.

Os padrões regionais evidenciam diferenças marcantes: as províncias do Norte e do Centro, de contextos mais rurais, apresentam taxas de uniões prematuras acima da média nacional, enquanto as áreas mais urbanizadas do Sul registam valores inferiores (UNICEF, 2024). Esta divisão Norte-Sul mostra que o fenómeno não é homogéneo no território, correspondendo a fatores como escolaridade, acesso a serviços, pobreza e tradições culturais.

1.3 Quadro Jurídico-Legal em Moçambique

Existe legislação internacional que promove e protege os direitos da criança, nomeadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ratificada por Moçambique em 1994, e a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança. A nível nacional, a Constituição da República de Moçambique (2004), no n.º 3 do Artigo 18, determina a proteção dos direitos da criança e da mulher em conformidade com as declarações internacionais. O Artigo 3, n.º 1, da Lei n.º 7/2008, de 9 de julho, que aprova a Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, proíbe expressamente o casamento de indivíduos menores de 18 anos. A Lei n.º 19/2019, de 22 de outubro, consolidou este quadro ao definir e criminalizar as uniões prematuras. Contudo, como se discute na secção de resultados, subsiste uma contradição relevante entre este quadro e a Lei da Família.

1.4 O Programa Geração Biz e Outras Estratégias de Prevenção

Entre as principais estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras em Moçambique destaca-se o Programa Geração Biz (PGB), voltado para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens. Os resultados do PGB indicam impactos positivos em diversos indicadores de conhecimento e comportamento: entre 2003 e 2005, a utilização de contracetivos na primeira relação sexual aumentou de aproximadamente 36% para 60% (Chandra-Mouli et al., 2015). A testagem voluntária para o HIV entre jovens registou crescimento de 11% para 38% no mesmo período (Global Comminit, 2009). Um estudo de satisfação realizado em 2004 revelou ainda que 98,1% dos jovens que frequentaram os serviços consideraram o atendimento "excelente" ou "bom" (Global Comminit, 2009).

Apesar dos avanços, alguns desafios persistiram: a cobertura em zonas rurais manteve-se limitada, as normas socioculturais dificultaram mudanças comportamentais e a sustentabilidade financeira e institucional do programa revelou-se um ponto crítico (Benavente & Matine, 2007; Chandra-Mouli et al., 2015). A avaliação do impacto na prevalência do HIV entre mulheres jovens indicou que fatores estruturais e sociais continuam a condicionar os resultados finais (Chandra-Mouli et al., 2015).

Para além do PGB, diversas outras estratégias têm sido implementadas por organizações governamentais e não governamentais, incluindo sessões educativas, mobilização comunitária, criação de clubes de raparigas, distribuição de materiais escolares e de higiene, encaminhamento para serviços de saúde sexual e reprodutiva e ações de sensibilização sobre a continuidade escolar (Save the Children, 2021; Consórcio N'weti, 2018).

1.5 Fatores Protetores: Educação, Saúde Reprodutiva e Empoderamento

Estudos identificam que raparigas que frequentam a escola têm cerca de oito vezes menos probabilidade de casar ou entrar em união antes dos 18 anos, em comparação com as que nunca frequentaram a escola ou a abandonaram cedo (UNICEF, 2019). Isto mostra que a escolarização atua como fator protetor e que a sua promoção pode reduzir a vulnerabilidade à união precoce. Adicionalmente, a interligação entre gravidez na adolescência e uniões prematuras é forte: um estudo do Guttmacher Institute (2023) indica que 40% das raparigas em Moçambique engravidam antes dos 18 anos, e que a atividade sexual precoce está correlacionada com uniões iniciais.

As intervenções de mudança de comportamento junto de raparigas têm apresentado impactos que vão além da simples aquisição de conhecimento, observando-se melhorias na autonomia, na continuidade escolar, na saúde reprodutiva e no empoderamento socioeconómico. Um estudo recente no Quénia com raparigas revelou que o programa DREAMS Partnership promoveu aumentos significativos no apoio social, na autoeficácia, no acesso a recursos educativos e no empoderamento económico, permitindo-lhes agir em escolhas de saúde, assumir papéis de liderança e prosseguir a educação (Kemigisha et al., 2025).

No contexto moçambicano, programas de intervenção social com raparigas aplicaram práticas de mudança social e comportamental para deslocar atitudes que impedem o acesso das raparigas aos direitos de saúde sexual e reprodutiva, promovendo o aumento da agência económica, do suporte comunitário e do envolvimento masculino (Consórcio N'weti, 2018). Quanto à continuidade escolar, raparigas com aspirações futuras elevadas apresentam menor propensão a casar-se ou a engravidar antes dos 18 anos, contribuindo para a sua permanência no sistema educativo (Packer et al., 2020). No domínio da saúde reprodutiva, a melhoria do conhecimento, do acesso a serviços e da autoeficácia conduz a comportamentos mais protetores, como o uso de contracetivos, o aumento do intervalo entre gestações e uma tomada de decisão mais informada. O empoderamento socioeconómico, por meio de formação, microcrédito ou incentivos educativos, reforça a mudança comportamental sustentável, ampliando a agência das raparigas e alterando a forma como avaliam riscos e oportunidades (Hamilton et al., 2022).

1.6 Participação e Perceção das Raparigas

Dar voz às raparigas e às comunidades locais é essencial para compreender a complexidade dos fatores que moldam comportamentos. O relatório da International Planned Parenthood Federation (2006) mostra que, apesar dos esforços para envolver jovens mulheres, a sua participação na tomada de decisões continua limitada. Ouvir as raparigas e os líderes comunitários permite identificar normas culturais, barreiras de género e perceções sobre saúde e prevenção; em estudos qualitativos, constatou-se que muitas jovens não compreendem plenamente conceitos técnicos, como o de supressão viral, o que revela a distância entre o discurso técnico e a realidade quotidiana (Youth Living with HIV in Mozambique, 2019).

Tradicionalmente, estudos sobre a prevenção do HIV e a saúde reprodutiva das raparigas sublinham que a participação ativa das raparigas no desenho das intervenções aumenta a aceitação e a eficácia — as raparigas não são apenas beneficiárias passivas, mas agentes de mudança (Equality Institute, 2015). As suas perceções fornecem, assim, pistas valiosas para ajustar as estratégias, nomeadamente o reforço da confiança, o suporte dos pares, a adequação cultural e o envolvimento das próprias raparigas no processo de definição das intervenções. Quando as raparigas participam na conceção e na avaliação dos programas, aumenta-se a aceitação e a eficácia das intervenções; as desigualdades de género, a pobreza e o casamento precoce continuam, contudo, a afetar profundamente a vida das adolescentes, reforçando a necessidade de abordagens participativas (Girls Not Brides, 2024). As contribuições políticas devem, por isso, ser mais sensíveis ao género e ao contexto sociocultural: ao evidenciar as barreiras enfrentadas pelas raparigas e ao valorizar as suas perceções, os resultados podem orientar programas de saúde e educação adaptados às realidades locais.

Envolver comunidades e jovens na produção de conhecimento gera maior legitimidade e sustentabilidade das ações. Iniciativas como o programa DREAMS dependem de evidências contextualizadas para maximizar o impacto; contudo, apenas uma parte limitada dos distritos moçambicanos oferece pacotes de prevenção dirigidos às raparigas (Frontline AIDS, 2020). Os resultados desta investigação também podem apoiar a monitorização e a avaliação de programas, incorporando indicadores de mudança estrutural — como empoderamento, igualdade de género e participação comunitária — e não apenas dados biomédicos, fortalecendo a articulação entre ciência, política e prática social.

1.7 Barreiras e Resistências Culturais

Apesar dos progressos, persistem barreiras e resistências culturais significativas. No contexto moçambicano, valores como "honra" e "vergonha", o casamento precoce e a valorização da virgindade levam famílias a casar raparigas ainda crianças para salvaguardar a reputação e o dote (Consórcio N'weti, 2018). Estas normas culturais geram resistência à utilização de serviços de saúde sexual ou à permanência na escola, pois raparigas que as questionam podem ser vistas como transgressoras. Estudos realizados na África do Sul e no Quénia constataram que a comunidade percebe intervenções de prevenção do HIV como um estímulo à "promiscuidade", gerando estigma e reduzindo a aceitação; a ausência de condições estruturais — como apoio social,

recursos económicos e serviços acessíveis — limita a agência individual, mesmo quando existe motivação (Hamilton et al., 2022).

Muitas raparigas conhecem o comportamento desejado, mas não têm controlo sobre fatores como parceiros mais velhos, coerção sexual, pobreza ou casamento precoce. Outro elemento relevante é a resistência institucional ou comunitária: prestadores de saúde com atitudes negativas, falta de serviços amigáveis para adolescentes, normas escolares que penalizam raparigas grávidas ou custos escondidos refletem barreiras culturais e estruturais que limitam a eficácia das intervenções (Jonas et al., 2020).

1.8 Vulnerabilidade Infantil e Estrutura Familiar

A UNICEF (2014) reitera que a vulnerabilidade infantil resulta de fatores desfavoráveis, como a disfuncionalidade do ambiente familiar decorrente da separação ou perda dos pais, o que agrava a exposição das crianças a privações. Em Moçambique, estima-se que uma em cada cinco crianças não vive com os pais biológicos, por razões como orfandade, divórcio dos pais, migração ou acolhimento em famílias alternativas. De acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2011, citado por UNICEF (2014), 18% das crianças moçambicanas não vivem com nenhum dos pais, embora, na maioria dos casos, pelo menos um deles esteja vivo. A percentagem de orfandade infantil, que era de 10% em 2003, subiu para 13% em 2011, sobretudo devido ao impacto do HIV/SIDA. O mesmo inquérito destaca que "os órfãos são especialmente vulneráveis a privações de educação (sobretudo no caso dos 'duplos órfãos' de mãe e de pai) e manifestam níveis mais altos de desnutrição crónica" (IDS, 2011, apud UNICEF, 2014, p. 10). A vulnerabilidade infantil em Moçambique não apenas predispõe famílias a recorrerem ao casamento prematuro das filhas, como também agrava as consequências desse casamento na vida e na saúde das raparigas.

Por fim, a mudança de normas culturais exige tempo e ação conjunta: intervenções que abordam apenas a rapariga individualmente, sem envolver a família, a comunidade e os parceiros masculinos, tendem a ser menos sustentáveis. O desafio reside em transformar as condições de género, poder e estrutura que moldam os comportamentos (Tengland, 2012).

2. Metodologia

2.1 Paradigma Interpretativo

A presente pesquisa, centrada nas estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras e na mudança de comportamento da rapariga na comunidade de Rapale, ancora-se no paradigma interpretativo — uma abordagem epistemológica que procura compreender a realidade social a partir da perspetiva dos sujeitos envolvidos, valorizando os significados, as experiências e os contextos culturais em que os fenómenos ocorrem.

O paradigma interpretativo considera que a realidade social é construída pelos próprios atores sociais, sendo subjetiva, múltipla e contextualizada. Nesse sentido, o investigador não assume uma posição de neutralidade, mas atua como mediador na interpretação dos sentidos atribuídos pelos participantes às suas vivências (Guba & Lincoln, 1994). Este paradigma é especialmente pertinente para estudos voltados à compreensão de fenómenos sociais complexos, como as uniões prematuras, cujas causas e consequências estão profundamente enraizadas em normas culturais, estruturas sociais e relações de poder.

Na investigação em curso, o paradigma interpretativo permite compreender como as raparigas da comunidade de Rapale percecionam, vivenciam e respondem às estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras, considerando os seus significados individuais, coletivos e socioculturais. De acordo com Denzin e Lincoln (2011), este paradigma enfatiza o valor do contexto e da experiência subjetiva, recorrendo a métodos qualitativos para produzir conhecimento denso e situado.

A opção por esta abordagem decorre também da natureza da problemática investigada, que exige uma leitura sensível e crítica das realidades locais, nomeadamente das dinâmicas de género, educação, pobreza e tradição. As estratégias de prevenção adotadas por organizações comunitárias e instituições públicas não podem ser analisadas apenas em termos de eficácia técnica,

mas precisam de ser compreendidas à luz das interpretações, resistências e apropriações feitas pelas próprias raparigas e pela comunidade. Como observa Creswell (2014), o paradigma interpretativo permite ao investigador "explorar as múltiplas realidades construídas pelos participantes e compreender os significados que eles atribuem às suas experiências" (p. 37).

Neste contexto, os dados recolhidos por meio da análise documental e bibliográfica não são tratados como verdades absolutas, mas como construções sociais mediadas pelas experiências dos sujeitos e pela interação com o investigador. A análise qualitativa possibilita, assim, interpretar os sentidos atribuídos às uniões prematuras, às ações de prevenção e às expectativas de desenvolvimento das raparigas, considerando a pluralidade de vozes e narrativas. Conforme Flick (2009), o paradigma interpretativo orienta-se por uma postura compreensiva e reflexiva, em que "o investigador deve buscar entender o ponto de vista dos participantes, captar as suas interpretações e situá-las dentro de contextos sociais específicos" (p. 16). Tal postura é fundamental para uma abordagem ética e respeitosa dos temas sensíveis abordados nesta pesquisa, como o casamento precoce, a desigualdade de género e a autonomia da rapariga.

Em suma, o paradigma interpretativo justifica-se, neste estudo, pela sua adequação teórico-metodológica à investigação de fenómenos sociais complexos e culturalmente situados, oferecendo os fundamentos necessários para compreender, de forma profunda e contextualizada, os significados atribuídos às estratégias de combate às uniões prematuras e o seu impacto na vida das raparigas da comunidade de Rapale.

2.2 Abordagem Qualitativa

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, busca compreender a influência das estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras no desenvolvimento da rapariga na comunidade de Rapale, valorizando os significados subjetivos atribuídos pelas raparigas e pelos demais atores sociais. Conforme Marconi e Lakatos (2019), esta abordagem utiliza o investigador como instrumento principal e o ambiente natural como fonte de dados, sendo essencial para interpretar realidades sociais complexas. Gil (2002) reforça que a pesquisa qualitativa observa, regista e analisa fenómenos sem recorrer a métodos estatísticos, aprofundando-se em crenças, valores e emoções fundamentais para compreender práticas socioculturais como as uniões prematuras.

Prodanov e Freitas (2013) destacam que a pesquisa qualitativa analisa os fenómenos na sua complexidade, focando-se na compreensão e na descrição indutiva, o que é pertinente para avaliar o impacto das ações de prevenção na trajetória social, educacional e na autonomia das raparigas. Oliveira (2011) e Flick (2009) ressaltam a importância de captar vivências, sentimentos e relações de poder, ultrapassando indicadores formais para aceder a normas sociais e a padrões comportamentais da comunidade.

Bogdan e Biklen (1997) enumeram características essenciais da abordagem qualitativa: o investigador como instrumento, a ênfase na descrição detalhada, o foco nos processos e a análise indutiva, o que permite interpretações fundamentadas sobre o papel das instituições e dos atores locais na transformação ou na perpetuação das condições de vida das raparigas. Denzin e Lincoln (2018) apontam ainda que esta abordagem, interdisciplinar e engajada, é eficaz para investigar desigualdades sociais, como as uniões prematuras, oferecendo rigor científico, sensibilidade cultural e compromisso ético com as participantes do estudo.

O método qualitativo foi escolhido para compreender, em profundidade, as experiências e os significados que as raparigas e os atores sociais atribuem às estratégias de prevenção das uniões prematuras em Rapale. Esta abordagem valoriza o contexto natural e as dimensões culturais, permitindo captar mudanças e dinâmicas locais essenciais para analisar um tema sensível como o casamento precoce. Ao contrário do método quantitativo, o método qualitativo possibilita uma escuta ativa e respeitosa das vozes das raparigas, oferecendo uma análise interpretativa que vai além da descrição, contextualizando os

impactos das estratégias de prevenção. Além disso, assegura maior sensibilidade e ética na abordagem do fenómeno, o que é fundamental para avaliar a eficácia e a ressonância sociocultural das ações.

2.3 Objetivos e Procedimentos

Esta pesquisa documental, com embasamento bibliográfico, teve como tema as estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras na mudança de comportamento da rapariga na comunidade de Rapale (estudo de caso: Programa Geração Biz). O objetivo geral consistiu em analisar as estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras na mudança de comportamento da rapariga na comunidade de Rapale, procurando identificar os fatores determinantes do fenómeno e avaliar a eficácia das intervenções em curso. A metodologia foi construída de forma minuciosa a partir dos processos utilizados para a análise e produção da pesquisa, bem como dos procedimentos específicos adotados ao longo do estudo, com o propósito de oferecer uma compreensão aprofundada dos caminhos escolhidos para conduzir a investigação. Os dados foram recolhidos por meio de análise documental de relatórios governamentais, de organizações internacionais e de estudos académicos, e tratados segundo a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

3. Resultados e Discussão

3.1 Contradições no Quadro Jurídico Moçambicano

A análise documental revela uma contradição relevante no quadro jurídico moçambicano relativo à idade legal para contrair casamento. A Lei n.º 10/2004, de 25 de agosto, que aprova a Lei da Família, contraria o padrão internacional relativo à idade legal para casar, na medida em que o n.º 2 do Artigo 30 prevê que "a mulher ou o homem com mais de dezasseis anos, a título excecional, pode contrair casamento, quando ocorram circunstâncias de reconhecimento público e familiar e houver consentimento dos pais ou dos legais representantes". Esta disposição admite uniões envolvendo menores de 18 anos, o que contraria o disposto na Lei n.º 7/2008, de 9 de julho, sobre a Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, que considera criança todo o indivíduo com menos de 18 anos de idade.

Em dezembro de 2015, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional de Combate aos Casamentos Prematuros, discutida com a Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), que reúne organizações da sociedade civil que atuam nesta área. Contudo, o documento não estabelece metas anuais claras nem esclarece como as ações devem ser desenvolvidas em cada setor envolvido no combate a esta prática. A legislação e a literatura moçambicanas mostram que a prevenção e o combate aos casamentos precoces nunca constituíram, durante um longo período, uma prioridade efetiva da agenda de desenvolvimento do país, permanecendo também marginalizados na sociedade moçambicana.

O número 2 do Artigo 30 da Lei n.º 10/2004 permite o casamento de indivíduos com apenas 16 anos, contrariando o previsto em diversos instrumentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ratificada por Moçambique em 1994, e a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança. A Constituição da República de Moçambique (2004), no n.º 3 do Artigo 18, determina a proteção dos direitos da criança e da mulher em conformidade com as declarações internacionais, e o Artigo 3, n.º 1, da Lei n.º 7/2008 proíbe expressamente o casamento de menores de 18 anos. Esta incoerência normativa pode favorecer a prática de casamentos prematuros e comprometer o cumprimento de compromissos nacionais e internacionais, influenciando a prevalência do fenómeno, como evidenciam os resultados da pesquisa do Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), no relatório de 2016, intitulado Implementação da Convenção dos Direitos da Criança em Moçambique: uma Análise dos Progressos e Desafios 2010-2016, segundo o qual "uma em cada duas mulheres de 20 a 24 anos de idade casou antes dos 18 anos" (ROSC, 2016, p. 49).

3.2 Prevalência e Padrões Estatísticos em Moçambique e Nampula

Em Moçambique, a prática das uniões prematuras revela-se em níveis elevados: estima-se que cerca de 48% das mulheres com idades entre os 20 e os 24 anos tenham contraído casamento ou entrado em união antes dos 18 anos (UNICEF, 2019), uma das proporções mais elevadas a nível mundial. Mais especificamente, cerca de 13% das mulheres nessa faixa etária entraram em união antes dos 15 anos (UNICEF, 2019), o que evidencia a existência de uniões muito precoces, com riscos acrescidos para a saúde, a educação e o bem-estar das jovens.

A análise do Censo de 2017 reforça esta tendência: segundo a UNFPA (2020), "o número absoluto de raparigas que se unem cedo continua a crescer em muitos distritos", ainda que algumas províncias tenham registado diminuições modestas. Conclui-se que o fenómeno das uniões prematuras é persistente, heterogéneo e sujeito a variações geográficas que exigem atenção diferenciada, com a província de Nampula — e, em particular, o distrito de Rapale — a apresentar índices consistentemente acima da média nacional (Bispo, 2017; Krempel, 2019; UNICEF, 2024).

3.3 Impactos das Estratégias de Prevenção na Vida das Raparigas

A análise e a interpretação dos dados permitiram compreender que as estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras desenvolvidas na comunidade de Rapale, especialmente pela Geração Biz e por parceiros locais, têm desempenhado um papel importante na promoção da mudança de comportamento das raparigas. As medidas destacadas — sessões educativas, mobilização comunitária, criação de clubes de raparigas, distribuição de materiais escolares e de higiene, encaminhamento para serviços de saúde sexual e reprodutiva e sensibilização sobre a continuidade escolar — contribuem para o aumento do conhecimento e da autonomia das adolescentes.

Os resultados demonstram que estas intervenções ajudam a reduzir vulnerabilidades e reforçam a importância da educação e do autocuidado como mecanismos de proteção contra as uniões prematuras. No entanto, as raparigas continuam a enfrentar desafios que limitam a plena eficácia dessas estratégias, sobretudo a influência das normas socioculturais, a falta de apoio familiar e a dependência económica, fatores que por vezes anulam os esforços de prevenção e proteção.

Constatou-se, ainda, que a mobilização de líderes comunitários e de instituições públicas tem sido essencial para legitimar as ações realizadas, mas é evidente a necessidade de maior envolvimento das famílias e de um trabalho mais profundo de transformação social. Para que se alcancem mudanças mais estruturais e sustentáveis, é fundamental ampliar o alcance das estratégias, reforçar o empreendedorismo juvenil, criar grupos de poupança, garantir melhor acesso a serviços de saúde e fortalecer os mecanismos de proteção social no distrito de Rapale.

Em síntese, as estratégias em execução têm gerado impactos positivos na vida das raparigas e contribuído para a redução das uniões prematuras; contudo, é ainda necessário aprimorar a coordenação intersectorial, intensificar a comunicação social e consolidar práticas comunitárias que defendam os direitos das raparigas. Apenas com uma abordagem contínua, participativa e centrada na rapariga será possível promover transformações duradouras no comportamento, nas normas culturais e na estrutura social da comunidade de Rapale.

4. Considerações Finais

A prevenção e o combate às uniões prematuras requerem uma abordagem multissetorial, envolvendo educação, saúde, proteção social, empoderamento e políticas públicas consistentes. Intervenções que fortalecem a agência das raparigas, promovem o diálogo comunitário e reduzem as desigualdades económicas revelam-se as mais eficazes. A consolidação destas estratégias depende do comprometimento dos governos, dos parceiros de desenvolvimento e das comunidades.

Este estudo teve como objetivo geral analisar as estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras na mudança de comportamento da rapariga na comunidade de Rapale, tomando como referência o Programa Geração Biz. Conclui-se que o

Conselho de Escola constitui um ator central e legalmente competente no âmbito da educação, da saúde e das demais políticas sociais de inclusão e proteção à criança, sendo fundamental capacitar os seus membros em matéria de mobilização e sensibilização das raparigas vulneráveis, dos pais ou responsáveis e dos líderes comunitários, religiosos e tradicionais.

Conclui-se, portanto, que as dinâmicas de prevenção e combate às uniões prematuras em Rapale têm gerado progressos notáveis na mudança de comportamento das raparigas; contudo, a sustentabilidade desses resultados depende de intervenções mais profundas e contínuas, que atuem simultaneamente nos campos educacional, social, comportamental, económico e cultural, assegurando que as raparigas conquistem maior autonomia para definir os seus próprios projetos de vida. A mudança de normas culturais exige tempo e ação conjunta: intervenções centradas apenas na rapariga, sem o envolvimento da família, da comunidade e dos parceiros masculinos, tendem a ser menos sustentáveis. O desafio maior reside, assim, em transformar as condições de género, poder e estrutura que moldam os comportamentos (Tengland, 2012). Recomenda-se, por fim, o reforço da coordenação interinstitucional, o investimento continuado na capacitação de atores escolares e comunitários e a expansão de programas de empoderamento económico e educativo das raparigas, como via para consolidar, de forma sustentável, os avanços já alcançados na comunidade de Rapale e na província de Nampula.

Referências

Ansoff, H. I. (1968). Corporate strategy: An analytic approach to business policy for growth and expansion. Nova York, EUA: McGraw-Hill.

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Benavente, T., & Matine, A. (2007). Avaliação do Programa Geração Biz em Moçambique. Maputo, Moçambique: Ministério da Saúde.

Bispo, C. (2017). Casamento prematuro e desigualdades de género na província de Nampula. Nampula, Moçambique:

Bogdan, R., & Biklen, S. (1997). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora.

Cebola, A. (2017). Prevenção e segurança pública: Teorias e práticas. Coimbra, Portugal: Almedina.

Chandra-Mouli, V., et al. (2015). Programa Geração Biz, Moçambique: um estudo de caso avaliativo do maior programa multissetorial de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes na África Subsaariana. Reproductive Health, 12, 12.

Consórcio N'weti. (2018). Estratégias de mudança social e comportamental para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes em Moçambique. Maputo, Moçambique: N'weti.

Creswell, J. W. (2014). Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (4th ed.). Los Angeles, EUA: Sage Publications.

Denzin, N. K. (2006). Sociological methods: A sourcebook (5th ed.). Nova Brunswick, EUA: Aldine Transaction.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). The SAGE handbook of qualitative research (4th ed.). Thousand Oaks, EUA: Sage Publications.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2018). The SAGE handbook of qualitative research (5th ed.). Thousand Oaks, EUA: Sage Publications.

Diniz, D. (2023). Casamento infantil e direitos humanos: implicações para políticas públicas. Revista Brasileira de Estudos de Gênero, 18(2), 45-59.

Equality Institute. (2015). Girl-centred design: participation of adolescent girls in HIV and SRH programming. Melbourne, Austrália: Equality Institute.

Faculdade de Educação e Comunicação. (2016). Os vinte anos da FEC. Nampula, Moçambique: FEC.

Flick, U. (2009). An introduction to qualitative research (4th ed.). Londres, Reino Unido: Sage Publications.

Frontline AIDS. (2020). Reaching adolescent girls and young women: lessons from Sub-Saharan Africa. Brighton, Reino Unido: Frontline AIDS.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (4ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Girls Not Brides. (2024). Atlas mundial do casamento infantil: Moçambique. Recuperado em https://www.girlsnotbrides.org

Global Comminit. (2009). Geração Biz: relatório de avaliação. Maputo, Moçambique: Ministério da Saúde / UNFPA.

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), Handbook of qualitative research (pp. 105-117). Thousand Oaks, EUA: Sage Publications.

Guttmacher Institute. (2023). Adolescent sexual and reproductive health in Mozambique. Recuperado em https://www.guttmacher.org

Hamilton, A., et al. (2022). Structural barriers to adolescent girls' agency in sub-Saharan Africa: a scoping review. Global Public Health, 17(9), 1893-1910.

Handy, C. (1978). Understanding organizations. Londres, Reino Unido: Penguin Books.

International Planned Parenthood Federation. (2006). Ending child marriage: a guide for global policy action. Londres, Reino Unido: IPPF.

Jonas, K., Crutzen, R., van den Borne, B., & Seedat, S. (2020). Adolescent girls' perceptions of contraception access in South Africa: A qualitative study. BMC Public Health, 20, 559-569.

Kemigisha, E., et al. (2025). Empowerment outcomes in adolescent girls participating in the DREAMS program in Kenya. Journal of Adolescent Health, 66(1), 78-85.

Krempel, F. (2019). Normas socioculturais e casamento prematuro no norte de Moçambique. Nampula, Moçambique:

Lee, M. (1998). Risk management in the public sector. Londres, Reino Unido: Routledge.
Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2019). Fundamentos de metodologia científica (8ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Martins, J. (s/d). Estratégia: Contributos para a sua definição no contexto organizacional. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa.

Minayo, M. C. S. (2010). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde (12ª ed.). São Paulo, Brasil: Hucitec.

Mintzberg, H., & Quinn, J. B. (2001). The strategy process: Concepts, contexts, and cases (4th ed.). Upper Saddle River, EUA: Prentice Hall.

Mission Mozambique. (2023). Education and empowerment of girls in rural Mozambique. Recuperado em https://missionmozambique.org

Murteira, B. (1978). Decisão e estratégia. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

Nhampule, A. (2020). Cultura, género e casamento prematuro em Nampula. Nampula, Moçambique:

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2007). A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance. Genebra, Suíça: OIT.

Oliveira, D. P. R. (2003). Planejamento estratégico: Conceitos, metodologia e práticas. São Paulo, Brasil: Atlas.

Oliveira, M. M. (2011). Como fazer pesquisa qualitativa (3ª ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes.

Packer, C., et al. (2020). Girls' aspirations and school retention in sub-Saharan Africa. Journal of Adolescence, 82, 1-10.

Papadakis, M. (2014). Casamento infantil em Moçambique: causas e consequências. Maputo, Moçambique: UNICEF.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2ª ed.). Novo Hamburgo, Brasil: Feevale.

República de Moçambique. (2004). Constituição da República de Moçambique. Maputo, Moçambique: Imprensa Nacional.

República de Moçambique. (2004). Lei n.º 10/2004, de 25 de Agosto. Lei da Família. Boletim da República.

República de Moçambique. (2008). Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho. Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. Boletim da República.

República de Moçambique. (2019). Lei n.º 19/2019, de 22 de Outubro. Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras. Boletim da República.

ROSC — Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança. (2016). Implementação da Convenção dos Direitos da Criança em Moçambique: uma análise dos progressos e desafios 2010-2016. Maputo, Moçambique: ROSC.

Save the Children. (2021). Child marriage and educational outcomes in Mozambique. Recuperado em https://savethechildren.org

Strauss, A., & Corbin, J. (1998). Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory (2nd ed.). Recuperado em https://sagepub.com

Tengland, P. A. (2012). Behavior change or empowerment: on the ethics of health-promotion goals. Health Care Analysis, 20(2), 140-158.

UNFPA. (2011). State of world population 2011: People and possibilities in a world of 7 billion. Recuperado em https://www.unfpa.org

UNFPA. (2020). Análise dos dados do Censo 2017 sobre uniões prematuras em Moçambique. Maputo, Moçambique: UNFPA.

UNFPA. (2023). Child marriage risks in humanitarian settings. Recuperado em https://www.unfpa.org

UNICEF. (2014). Situação das crianças moçambicanas. Maputo, Moçambique: UNICEF.

UNICEF. (2015). Estratégia de prevenção do casamento prematuro em Moçambique. Maputo, Moçambique: UNICEF.

UNICEF. (2019). Child marriage in Mozambique: a statistical overview. Maputo, Moçambique: UNICEF.

UNICEF. (2021). Ending child marriage: Progress and prospects. Recuperado em https://www.unicef.org

UNICEF. (2023). State of the world's children 2023: For every child, every right. Recuperado em https://www.unicef.org

UNICEF. (2024). Global databases on child marriage: Mozambique country profile. Nova Iorque, EUA: UNICEF.

Verwoerd, T. (2020). Adolescent girls' perceptions of youth empowerment interventions in South Africa: A qualitative assessment. South African Journal of Child Health, 14(3), 105-112.

Vicente, S. (2014). Trabalho infantil e casamento prematuro em Moçambique. Maputo, Moçambique: OIT.

Worchel, S., Cooper, J., & Goethals, G. R. (1991). Social psychology and child development. Journal of Educational Psychology, 59(2), 123-136.

Youth Living with HIV in Mozambique. (2019). Voices of adolescent girls: perceptions on health and prevention. Maputo, Moçambique: